

JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

Potenciais efeitos do Coronavírus nas demonstrações financeiras

a) Efeitos COVID-19 nas operações

Passado um ano da declaração de Pandemia pela OMS e das consequentes medidas de segurança sanitária e isolamento social, a Companhia, dentre outras medidas:

- Criou comitê de crise e formulou plano de ação e contingência COVID-19;
- Afastou todos os colaboradores do chamado grupo de risco – mais de 60 anos, portadores de doenças crônicas atestadas por laudo médico, diagnóstico de câncer e imunossupressão;
- Cumpriu todas as exigências determinadas pelos decretos e portarias governamentais relacionados à pandemia, reduzindo a ocupação nos meios de transporte para 50%, adequação dos refeitórios, distanciamento, barreiras físicas, demarcação de espaços, entrega a todos os colaboradores e exigência de uso de materiais de higiene e EPI's – como álcool gel, máscaras, face shields, dentre outros;
- Deu suporte técnico e impôs a maior parte de seu time de vendas e administrativo a trabalhar através de home-office;
- Determinou a suspensão de viagens, visitas ou reuniões presenciais;
- Adotou de estratégias de escala/turnos nas indústrias de forma que fossem reduzidas sempre que possível a quantidade de colaboradores por setor;
- Implantou campanha educativa de esclarecimento e prevenção ao COVID-19 a seus colaboradores.

As principais unidades da empresa estão localizadas no sul e oeste do estado do Rio Grande do Sul, em cidades com baixo número de contágios e óbitos, quando comparados às demais cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil.

b) Efeitos COVID-19 no mercado

Como outrora mencionado, não houve e segue inexistindo qualquer restrição operacional e logística no abastecimento das principais matérias primas da empresa.

As indústrias seguem operando com capacidade de atender a demanda por produtos essenciais como arroz e feijão, tanto no mercado interno e externo, suportadas pelos canais de logística e distribuição que do mesmo modo seguem operando dentro da normalidade.

Os principais clientes – atacados e varejos brasileiros - estão enquadrados em ramos essenciais, e em nenhum momento pararam suas operações. Como as nossas indústrias, adaptaram suas operações para atender com segurança a demanda do setor, o que mantém a regularidade no contas a receber da Companhia, se traduzindo na manutenção dos baixos índices históricos de atraso e inadimplência da empresa.

O conjunto desses fatores – cadeia de fornecimento, operações industriais, canais de venda e de distribuição, recursos humanos associados, bem como diversidade e aquecimento das operações de seus clientes no mercado interno e externo, segue proporcionando a JOSAPAR uma situação extremamente privilegiada sob o ponto de vista do giro dos estoques e carteira de clientes o que permite a total preservação das margens e da liquidez da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 19 de março de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas informações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta) vide nota 10.
- Josapar Internacional – (direta) vide nota 10.
- Copérnico Participações S/A – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda. – (indireta)
- Real Rio Grande Empreendimentos Ltda. – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)
- Pelotense Administradora de Shopping Centers Ltda. – (indireta)

3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES

As emissões/alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2020 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2021 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas: - Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas de contratos com clientes provenientes da venda de produtos são reconhecidas quando ocorre a transferência do controle sobre os produtos e serviços ao cliente bem como dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 6, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 61 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº11, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício. A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas informações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários

denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

m) Arrendamento

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data do seu início. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início. A Companhia mensurou seu passivo de arrendamento à melhor taxa estimada pela administração, taxa esta que reflete a taxa média incremental sobre seus empréstimos, na data da aplicação inicial.

5. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 61 dias e a perda reconhecida foi de 0,03% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (*Impairment*).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 4 sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Ativos:		
Aplicações financeiras/disponibilidades	10.296	7.989
Contas a receber de clientes	24.469	10.990
	34.765	18.979
Passivos:		
Investimentos	(123)	(240)
Empréstimos e financiamentos	(63.574)	(41.503)
	(63.697)	(41.743)
Exposição passiva líquida	(28.932)	(22.764)

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências. Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 31.12.2020 em R\$:

					Cenários		
					Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Risco: alta do CDI	CDI dez20	2,00%	a.a.		manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		2,00%			2,00%	2,50%	3,00%
					CDI a.a.	CDI a.a.	CDI a.a.
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
31/12/2020	R\$220.680	diversos	CDI	diversos	R\$228.822	R\$229.789	R\$230.760
Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato					R\$ -	R\$967	R\$1.938

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Clientes mercado interno	258.107	235.814	287.049	265.403
Clientes mercado externo	24.469	10.990	24.469	10.990
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.636)	(6.437)	(10.490)	(10.291)
Total	275.940	240.367	301.028	266.102

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Produtos acabados e semielaborados	124.088	58.125	124.088	58.125
Mercadorias para revenda	3.585	2.373	3.585	2.373
Matérias - primas	155.684	112.262	155.684	112.262
Outros	14.433	10.643	14.433	10.643
Imóveis	-	-	32.378	32.681
Provisão para desvalorização de mercado	(40.000)	-	(40.000)	-
Total	257.790	183.403	290.168	216.084

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora e consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Adiantamento a fornecedores de arroz	114.733	146.817
Adiantamento a fornecedores diversos	11.859	3.437
Total	126.592	150.254

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	57.238	54.376	57.238	54.376
IRPJ/CSLL Saldo de declaração	-	11.686	294	11.859
ICMS	5.657	5.710	5.657	5.710
Refis Lei 11.941/09 (não consolidado)	12.194	7.283	12.194	7.283
Total	75.089	79.055	75.383	79.228
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
PIS, COFINS e ICMS s/ Imobilizado	1.430	1.672	1.430	1.672
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.236	2.236	2.236
PIS E COFINS	75.247	75.247	75.247	75.247
Outros créditos	662	229	662	229
Total	81.150	80.959	81.150	80.959

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

Os registrados no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS e da COFINS, os quais serão realizados futuramente. O valor do REFIS, refere se parcelas pagas na modalidade da Lei.11.941/09, que em 31.12.2020, perfazem um crédito, por estar pendente de consolidação.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração da companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

10. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S. A	185.740	55,6013	397.474	49.500	14.846	8.255
Josapar Internacional	50	100	320	260	-	-

b) Composição dos investimentos

	Controladora				Consolidado		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Propriedades p/ investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2019	215.085	248	490	215.823	308.300	1.493	309.793
Reflexo ajustes em controladas	14	72	-	86	-	(1)	(1)
Dividendos a receber	(2.353)	-	-	(2.353)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	8.255	-	-	8.255	-	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-	-	-	16.317	-	16.317
Em 31 de dezembro de 2020	221.001	320	490	221.811	324.617	1.492	326.109

11. IMOBILIZADO

Controladora	Bens de							Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção			
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	-	264	66.954	14.936	16.948		230.760
Adições	33	32	3.199	173	3.721	8.789	583		16.530
Baixas	-	-	-	(90)	-	-	(34)		(124)
Transferências	-	-	-	-	2.827	(3.630)	803		-
Depreciações	-	(2.880)	(889)	(52)	(8.631)	-	(2.638)		(15.090)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	25.886	102.957	2.310	295	64.871	20.095	15.662		232.076
Adições	-	-	-	14	64	8.491	72		8.641
Transferências	-	40	-	-	11.370	(12.573)	1.163		-
Depreciações	-	(2.884)	(1.066)	(52)	(9.721)	-	(2.557)		(16.280)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	257	66.584	16.013	14.340		224.437

Consolidado	Bens de							Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção			
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	-	646	67.405	15.558	17.323		232.590
Adições	33	32	3.199	356	3.721	8.789	652		16.782
Baixas	-	-	-	(157)	-	-	(34)		(191)
Transferências	-	-	-	-	2.827	(3.630)	803		-
Depreciações	-	(2.880)	(889)	(285)	(8.634)	-	(2.782)		(15.470)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	25.886	102.957	2.310	560	65.319	20.717	15.962		233.711
Adições	-	-	-	14	64	8.491	131		8.700
Transferências	-	40	-	-	11.370	(12.573)	1.163		-
Depreciações	-	(2.884)	(1.066)	(125)	(9.725)	-	(2.698)		(16.498)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	25.886	100.113	1.244	449	67.028	16.635	14.558		225.913

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	1.826	121	1.947	1.861	121	1.982
Adições	-	41	41	-	41	41
Depreciações	-	(56)	(56)	-	(56)	(56)
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	1.826	106	1.932	1.861	106	1.967
Adições	-	482	482	-	482	482
Depreciações	-	(211)	(211)	-	(211)	(211)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.826	377	2.203	1.861	377	2.238

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,80%	a.a.
Veículos	20%	a.a.
Veículos industriais	10%	a.a.
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7%	a.a.
Móveis e utensílios	10%	a.a.
Instalações e benfeitorias	10%	a.a.
Sistemas e equipamentos de informática	33%	a.a.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2020 foi de R\$1.234, empresa e consolidado, em 2019-(R\$1.234, empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019, o direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, os valores em 31.12.2020 incluem o valor de R\$ 1.244, referente ao direito de uso arrendado.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Matéria Prima Arroz	37.801	10.767	37.801	10.767
Matéria Prima Insumos Agrícola	32.096	15.555	32.096	15.555
Outros	26.726	20.433	27.098	20.948
Total	96.623	46.755	96.995	47.270

13. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

<u>Passivo circulante</u>	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Moeda Interna		
Financiamentos para investimentos	7.421	6.710
Crédito Rural – recursos livres	113.030	160.913
Capital de giro	363.335	205.525
Total	483.786	373.148
Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	123	90
Capital de giro-FINIMP	63.574	41.503
Total	63.697	41.593
Total do circulante	547.483	414.741
<u>Passivo não circulante</u>	Controladora e Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
Moeda Interna		
Financiamentos para investimentos	27.875	22.968
Capital de giro	357.901	337.604
Crédito Rural – recursos livres	75.809	135.450
Total	461.585	496.022
Moeda estrangeira		
Financiamentos para investimentos	-	150
Total	-	150
Total do não circulante	461.585	496.172

		Controladora e Consolidado	
Vencimentos de longo prazo		31.12.2020	31.12.2019
	2021	-	295.483
	2022	267.370	128.641
	2023	144.996	53.370
	2024	27.934	15.225
	2025	18.948	1.791
	2026	2.337	1.662
Total do não circulante		461.585	496.172

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa</u>	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	4,53%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,50%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	3,18%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,30%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,95%	a.a.
Investimentos em moeda nacional	SELIC	3,82%	a.a.
Crédito Rural – Recursos livres	CDI	1,75%	a.a.
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	5,40%	a.a.
Capital de Giro	CDI	2,89%	a.a.

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% a.a. a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratados em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 12.234 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

14. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	2.684	-	8.424	-	-
Peroli Participações S.A.	-	(2.077)	-	1.252	(2.077)
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	-	1.033	-
Ferragens Vianna S.A.	2.786	-	-	2.786	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	3.041	-	-	3.041	-
Outros	2.103	-	-	2.781	(1)
Em 31 de dezembro de 2019	11.022	(2.077)	8.424	10.893	(2.078)
Real Empreendimentos S.A.	3.231	-	10.777	-	-
Peroli Participações S.A.	3.622	-	-	4.874	-
Viannainvest Negócios e Participações Ltda.	408	-	-	1.033	-
Ferragens Vianna S.A.	2.811	-	-	2.811	-
Josainvest Negócios e Participações Ltda.	2.981	-	-	2.981	-
Outros	2.288	-	-	3.206	(1)
Em 31 de dezembro de 2020	15.341	-	10.777	14.905	(1)

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS – NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
IRPJ e CSLL diferidos (*)	31.682	25.169	39.254	32.751
Parcelamentos (**)	34.858	39.073	34.858	39.073
Total	66.540	64.242	74.112	71.824

As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos, foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 16.b

(**) Vide nota 20

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contribuição social diferida	8.503	11.052	8.503	11.052
Imposto de renda diferido	20.053	28.950	20.053	28.950
Total	28.556	40.002	28.556	40.002

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Contribuição social diferida	(8.387)	(6.665)	(11.042)	(9.324)
Imposto de renda diferido	(23.295)	(18.504)	(28.212)	(23.427)
Total	(31.682)	(25.169)	(39.254)	(32.751)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
<u>Corrente</u>				
Contribuição social	(6.617)	-	(8.046)	(1.972)
Imposto de renda	(20.292)	-	(24.190)	(5.378)
	(26.909)	-	(32.236)	(7.350)
<u>Diferido</u>				
Contribuição social	(4.271)	6.534	(4.271)	6.534
Imposto de renda	(13.689)	17.639	(13.689)	17.639
	(17.960)	24.173	(17.960)	24.173
	(44.869)	24.173	(50.196)	16.823

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	76.698	(13.487)	88.614	1.665
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	6.591	7.802
	76.698	(13.487)	95.205	9.467
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%).	(26.077)	4.586	(32.370)	(3.219)
Exclusões (adições) permanentes	1.011	5.464	1.011	5.464
Exclusões (adições) temporárias	(15.375)	15.377	(15.375)	15.377
Efeito tributação em controlada	-	-	966	455
Outros	(4.428)	(1.254)	(4.428)	(1.254)
	(44.869)	24.173	(50.196)	16.823

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

A administração baseada no histórico de resultado e lucros tributáveis da companhia estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sejam realizados conforme a média histórica de percentuais dos últimos 5 anos 2021:12%, 2022:12%, 2023:12%, 2024:12%, 2025:12% e o restante 40% nos próximos 4 anos.

A projeção de realização do saldo considera, especialmente quanto aos prejuízos fiscais e bases negativas, a limitação de compensação de 30% do lucro real do exercício. Adicionalmente, estes percentuais podem não se concretizar caso as estimativas utilizadas na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes das efetivamente realizadas.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Subvenções para Investimentos

A companhia possui incentivos governamentais para investimentos, que são excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição social.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registra o montante de R\$53.203 (R\$37.314 em 2019).

Os valores registrados no período são transferidos para a conta “Subvenção para investimentos”, em conformidade com o artigo 195-A da lei das sociedades por Ações.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

e) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido do exercício	31.829	10.686
Reserva legal	(1.591)	(534)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	30.238	10.152
Dividendos propostos – 30%	9.071	3.046

18. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
<u>Por função:</u>	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Custos dos produtos	(1.135.668)	(882.909)	(1.136.035)	(883.695)
Despesas com vendas	(174.039)	(168.372)	(174.039)	(168.372)
Despesas gerais e administrativas	(114.562)	(87.551)	(136.698)	(120.415)
Outras receitas/ despesas	520	(17.176)	137	(16.898)
	<u>(1.423.749)</u>	<u>(1.156.008)</u>	<u>(1.446.635)</u>	<u>(1.189.380)</u>
<u>Por natureza:</u>	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Depreciações e amortizações	(16.491)	(15.146)	(16.709)	(15.526)
Despesas com pessoal	(99.304)	(89.903)	(109.512)	(99.398)
Matérias primas e materiais	(917.049)	(646.494)	(917.416)	(647.281)
Frete	(94.748)	(103.213)	(94.748)	(103.213)
Outras	(296.157)	(301.252)	(308.250)	(323.962)
	<u>(1.423.749)</u>	<u>(1.156.008)</u>	<u>(1.446.635)</u>	<u>(1.189.380)</u>

No exercício findo em 31.12.2020, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$20.798 -(R\$5.779 em 31.12.2019), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

19. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2022

Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho/2022
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho/2022
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho/2021
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Março/2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Março/2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Março/2021

20. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora e consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019
<u>Passivo circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	3.837	3.487
PERT (IRPJ e CSLL)	475	475
Total do circulante	4.312	3.962
<u>Passivo não circulante</u>		
PRR (FUNRURAL)	31.769	35.523
PERT (IRPJ e CSLL)	3.089	3.550
Total do não circulante	34.858	39.073
	<u>39.170</u>	<u>43.035</u>

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTIONAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2020, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou

remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$178.000.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para contingências	18.929	14.541	20.355	15.967
(-) Depósitos judiciais	(2.662)	(2.648)	(4.088)	(4.074)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	16.267	11.893	16.267	11.893

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Adures de Oliveira
(Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice-Presidente)

Ary Teixeira de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
Jorge Alberto Zugno
Sérgio Martins de Oliveira
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor-Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da Fonseca
CRC-RS 50.772